



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

28 DE NOVEMBRO DE 1978.

IMPROVISO POR OCASIÃO DA
SESSÃO DE ABERTURA DO II CONGRESSO
DA INDÚSTRIA BRASILEIRA ELÉTRICA
E ELETRÔNICA, EM SÃO PAULO — SP.

«Eu agradeço a recepção que me fazem e em particular as palavras generosas do prezado amigo Costa Santos. Recordou, ele, que há 3 anos, precisamente 27 de novembro de 1975, tive a oportunidade de, aqui em São Paulo, presidir ao I Congresso da Indústria Brasileira Elétrica e Eletrônica. Hoje nós realizamos a abertura do segundo Congresso, e, na oportunidade, me permito usar da palavra para expressar alguns conceitos. Em 1975, na abertura do Congresso, eu me referia ao desenvolvimento que essa indústria tinha tido. E na oportunidade definia também, de maneira clara, os principais princípios da política governamental desse setor. Mostrava que a orientação do Governo é que essa indústria devia ser, essencialmente, uma indústria privada, entregue à iniciativa privada de capitais nacionais e de capitais estrangeiros. Mas que devíamos fazer um esforço no sentido de assegurar a permanência das empresas genuinamente brasileiras e, tanto quanto possível, fortalecê-las, impedindo a sua transferência para os capitais estrangeiros. Analisava, também, a necessidade de fortalecer o setor, fazer com que essas indústrias adquirissem maior estabilidade, seja crescendo em produtividade, seja atingindo estágios de maior produção de escala, seja, ainda, se desenvol-

vendo tecnologicamente. Na oportunidade assinalai, também, a necessidade que nós tínhamos de reduzir importações, e cada vez mais produzir, aqui no país, os elementos necessários para a produção de equipamentos e de bens, tanto de capital, como bens duráveis de consumo. De um lado, isso significava um desenvolvimento da indústria. Mas de outro, era uma forma de, também, contribuir poderosamente para nosso balanço de pagamentos, já naquela época, como agora, apresentando problemas decorrentes da conjuntura internacional que o Brasil terá que vencer e, certamente vencerá, em função do potencial que o país tem, potencial humano, potencial empresarial, potencial territorial, matérias-primas e assim por diante.

Mostrei, também, o interesse que o Governo tinha nesse fortalecimento do setor, determinando que as empresas estatais não fizessem aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos no exterior, sempre que houvesse similar nacional correspondente. Assegurei, portanto, dessa forma, o mercado na área governamental na parte da produção que se realizasse no país. Daí, depois disso, nós praticamente nos mantivemos dentro desses princípios. E de novo, que me pareça, nós nos preocupamos num determinado setor, numa determinada área desse setor, que é uma área de extraordinário desenvolvimento de grande importância para o futuro e que é relativa aos computadores eletrônicos. E o Governo firmou uma política muito séria nesse sentido para assegurar uma produção de computadores no País, iniciando sua política pela produção de minicomputadores.

Mas, desde o I Congresso de 1975, a indústria eletroeletrônica continuou a produzir e continuou a se desenvolver, apesar da dificuldade interna que o País sofreu, decorrente da situação internacional. É evidente que o Brasil, como qualquer país, dado o elevado grau de interdependência, e cada vez cresce no cenário mundial, tinha de sofrer o reflexo daquilo que acontecia nos demais países do mundo, mas assim mesmo a nossa economia não estagnou, nós continuamos a nos desenvolver, é bem verdade que a ritmo menor procuramos assegurar o emprego dentro do país, e procuramos assegurar à área industrial um desenvolvimento adequado.

Mas o setor eletroeletrônico é um daqueles que, no país, se apresenta com maior dinamismo. Basta que se considere o seguinte: que a participação relativa do setor na transformação industrial da indústria manufatureira considerada como um todo evoluiu, crescendo essa participação que era de 4% em 1959, foi um pouco maior que cinco por cento em 1970. E em 1977 atingiu quase seis por cento. Em 1970 e 1977 o seu crescimento foi da ordem de 13 a 14 por cento ao ano. Cerca de 30 a 40 por cento maior que o de toda a indústria de transformação, o crescimento dessa indústria decorre, de um lado, da sua importância intrínseca, de outro lado, da aplicação que ela permite na vida cotidiana, assegurando o bem-estar do povo, em decorrência, mesmo, da melhor renda que o povo tem através da aquisição dos seus produtos, sejam elétricos, sejam eletrônicos. Mas, também, decorreu, em grande parte, da alta prioridade que o Governo atribuiu ao

desenvolvimento, à produção e o consumo de energia elétrica. E de todas as formas energéticas, aquele que nós mais desenvolvemos é o da energia elétrica. Tirando partido do grande potencial hidráulico que o País dispõe, em dez anos, o consumo industrial de energia elétrica cresceu mais do que três vezes. Passou de 13 mil a 49 mil gwh/h. E o número de consumidores se elevou nesse período, de quatro milhões e quinhentos mil, para treze milhões. Assim, além do suprimento de equipamentos de grande porte para a geração de energia, e agora também para a geração de energia nuclear, linhas de transmissão, sistemas de distribuição, a indústria colheu um outro proveito, que foi o da disponibilidade de energia em maior quantidade, energia segura, de uso sobretudo domiciliar, e que facultou aos habitantes do País o uso em larga escala de produtos domésticos de natureza elétrica e eletrônica. Vou citar mais alguns números significativos, que provam ou que comprovam esse crescimento.

No setor de energia elétrica, a nacionalização e a produção de equipamentos, inclusive de equipamentos pesados, como os que foram recentemente encomendados para Itaipu, já foi superior a 80%. Na área das telecomunicações o índice de nacionalização foi um pouco superior a 85%. E aí, apenas dois por cento, em matéria de telecomunicações, já agora em 1978, ela é de 14% do setor.

Ao que se veicula comumente em nosso País, há dados que, utilizados nesse setor, mostram que a distribuição de rendas no nosso país não é tão precária como se alardeia por aí. Que o desenvolvimento in-

dustrial não criou esta concentração de renda que hoje em dia nos acusam, e que decorre de uma interpretação, nem sempre muito correta, de dados do recenseamento de 1970. Para comprovar isso eu vou citar o seguinte: Entre 1966 e 1977, a população brasileira cresceu de 35,8%. A renda *per capita* cresceu 96,4%. A venda de aparelhos eletrônicos domésticos, entretanto, cresceu 323,9%; e de aparelhos eletrodomésticos, de 338,8%. Em 1966 venderam-se, apenas, dois milhões e novecentos mil aparelhos eletroeletrônicos, em 1977 a venda foi de 12 milhões e seiscentos mil. Esses aparelhos, evidentemente, foram vendidos à população. Significa que a população dispôs, desde então, a usufruir um melhor bem-estar.

Outro dado coligido pelo IBGE mostra o seguinte: se se considerar a disponibilidade domiciliar de bens de consumo eletroeletrônicos, bens de consumo duráveis, seja na área rural, seja na área urbana, somando essas duas áreas, mostra o seguinte: aparelhos de rádio: em 1972 a percentagem era de 62%, isto é, 62% das habitações dispunham de rádios; em 1976, essa percentagem elevou-se a 76% e já em 1978 ela atingia a 81%; quanto a geladeiras, os números correspondentes seriam de 31%, em 1972, 42% em 1976 e 49% em 1978; em televisão, aparelhos de televisão, os números correspondentes seriam 32, 47 e 55%. 55% das habitações do País, da zona urbana e da zona rural, dispõem, hoje em dia, de televisão.

Então, os problemas da renda familiar existem, sem dúvida. Grande parte de nossa população é pobre e parte é muito pobre, mas eu não creio que seja tanto como se alardeia por aí.

Há ainda outro aspecto que se refere à execução da política do Governo relativa à importação e exportação. Fez-se um grande esforço no sentido de produção de equipamentos no próprio país para reduzir as importações e o esforço para exportar produtos dessa indústria. Eu vou citar alguns dados que mostram o êxito relativo que já se alcançou nesse setor: se nós tomarmos a relação entre importações e exportações, verificamos que, em 1975, essa relação era de 5.53, quer dizer, importávamos, em valor, mais de cinco vezes o que exportávamos; já em 1976, esse número baixou para 4.81; em 1977, foi de 2.96; e, em 1978, até setembro, esse número baixou outra vez para 2.79, vale dizer, que a relação 1975/78 de 5.53 reduziu para 2.79, ou seja, a metade. Isso traduz, evidentemente, o êxito da indústria; quer dizer: a indústria está relativamente importando menos e exportando mais, correspondendo, assim, às diretrizes estabelecidas pelo Governo. Fato esse que assinalo com muita satisfação.

Por fim, devo dizer que a indústria ainda tem um extraordinário campo para desenvolver-se, seja no próprio setor de geração e produção de energia elétrica; seja na produção de aparelhos eletroeletrônicos, de uso doméstico, de que a nossa população cada vez mais pode beneficiar-se, assegurando-lhe um maior bem-estar; seja no desenvolvimento geral

da indústria que cada vez mais usa meios eletrônicos: e, seja finalmente, no campo da exportação, onde temos condições de abrir novos mercados, em diferentes países, sobretudo nos países africanos. Vejo, pois, para a indústria, um futuro bastante promissor e estou certo de que os senhores empresários se capacitarão da possibilidade que o País tem de desenvolver cada vez mais essa área. Para isso, creio que não nos faltam nem engenho, nem capacidade. Temos que, realmente, fazer um esforço muito grande no sentido de um maior desenvolvimentno tecnológico para que a nossa dependência do exterior diminua e possamos criar, aos poucos, uma indústria que seja realmente nossa. Espero que este Congresso corresponda aos seus objetivos, tenha pleno êxito, encontrando novos caminhos, novas vias, novos processos para o desenvolvimento desta indústria. Muito obrigado».